

Editais Nº 225 / 2025 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 74, de 2025 – SEI Nº 24.0.000018029-3

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **I OFICINA EM PROTEÇÃO DE DADOS NO PODER JUDICIÁRIO**, a se realizar nos dias **12 e 13 de maio de 2025**, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme seguem:

1. DADOS GERAIS

Nome: I Oficina em Proteção de Dados no Poder Judiciário

Objetivo: Promover e disseminar a cultura da proteção de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário por meio de diálogos e de atividades que proporcionem uma visão geral de todo o ecossistema de governança e regulação de dados, conferindo aos(às) seus(suas) participantes experiência necessária para atuarem como multiplicadores(as) dessa cultura em seu ambiente de trabalho.

Período de Inscrições: De 29 de abril a 7 de maio de 2025.

Inscrições: As inscrições dos públicos-alvo serão realizadas pela Secretaria Acadêmica da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), com base nas indicações da chefia acostada no SEI nº 24.0.000018029-3, com NOME DO SETOR, NOME DO(A) SERVIDOR(A) E-MAIL, TELEFONE, CPF dos(as) indicados(as).

Público-Alvo: Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Carga Horária: 16 horas-aula

Modalidade: Presencial

Local: Escola Superior da Magistratura Tocantinense

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno(a): O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagens, hospedagem e alimentação dos instrutores.

Haverá Pagamento de Diárias?

(x) NÃO

2. VAGAS

2.1 Foram destinadas 40 vagas, assim distribuídas:

2.1 Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense;

2.2 40 vagas, conforme descritas abaixo:

PÚBLICOS-ALVO	VAGAS
Gabinete da Presidência	5
Corregedoria-Geral	5
Comitê Gestor de Proteção de Dados	5
Assessoria de Governança de Dados	2
Diretoria-Geral	2
Diretoria Judiciária	2
Diretoria da Informação	4
Diretoria Financeira	2
Diretoria de Gestão de Pessoas	2
Diretoria de Comunicação	2
Coges	2
Esmat	4

Controle Interno	2
Ouvidoria	1
Total de Vagas	40

2.3 As vagas que não forem preenchidas pelo público-alvo descrito neste item poderão ser distribuídas de acordo com as solicitações encaminhadas à coordenação do curso pelo e-mail nufamtjto@gmail.br;

3. PRÉ-REQUISITOS

- 3.1 Serem servidores(as) que atuam no Gabinete da Presidência;
- 3.2 Serem servidores(as) que atuam na Corregedoria-Geral de Justiça;
- 3.3 Serem servidores(as) que atuam no Comitê Gestor de Proteção de Dados;
- 3.4 Serem servidores(as) que atuam na Assessoria de Governança de Dados;
- 3.5 Serem servidores(as) que atuam na Diretoria-Geral;
- 3.6 Serem servidores(as) que atuam na Diretoria Judiciária;
- 3.7 Serem servidores(as) que atuam na Diretoria da Tecnologia e Informação;
- 3.8 Serem servidores(as) que atuam na Diretoria Financeira;
- 3.9 Serem servidores(as) que atuam na Diretoria de Gestão de Pessoas;
- 3.10 Serem servidores(as) que atuam na Diretoria de Comunicação;
- 3.11 Serem servidores(as) que atuam na Coges;
- 3.12 Serem servidores(as) que atuam na Esmat;
- 3.13 Serem servidores(as) que atuam no Controle Interno;
- 3.14 Serem servidores(as) que atuam na Ouvidoria.

4 FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- 4.1 A frequência dos(as) alunos(as) deverá ser registrada na Secretaria Acadêmica, na entrada e na saída do curso, em ambos os turnos;
- 4.2 Os(As) alunos(as) deverão participar de todas as atividades programadas, conforme descrito no item 6 deste edital, que trata do cronograma. Ressalta-se que a aprovação do(a) aluno(a) está condicionada à frequência igual ou superior a 75%;
- 4.3 Não haverá aferição de notas;
- 4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) alunos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV);
- 4.5 Todos(as) os(as) alunos(as) estarão sujeitos(as) às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas neste Edital.

5. CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I OFICINA EM PROTEÇÃO DE DADOS NO PODER JUDICIÁRIO		
OFICINA 1		
Oficinista: Carlos Nascimento		
Dia 12 de maio de 2025	Das 8h às 12h	Tema: A Lei Geral de Proteção de Dados Conteúdos Programáticos <ol style="list-style-type: none"> 1. Origem e fundamentos; 2. Princípios da proteção de dados; 3. O titular e seus dados; 4. Os agentes de tratamento; 5. Direitos dos titulares.
	Das 14h às 16h	Tema: Proteção da Privacidade e Segurança dos Dados Conteúdos Programáticos <ol style="list-style-type: none"> 1. O papel do encarregado na proteção de dados pessoais; 2. Adequação à proteção de dados pessoais; 3. Incidentes de segurança.
	Das 16h às 18h	PALESTRA 3 Tema: LGPD na Prática Conteúdos Programáticos <ol style="list-style-type: none"> 1. A interface da LGPD com a Lei de Acesso à Informação; 2. Análise de casos apresentados pelos participantes.
	Carga Horária	8 horas-aula

OFICINA 2**Oficinista: Douglas Chagas**

Dia 13 de maio de 2025	Das 8h às 10h	Tema: Oficina de Segurança da Informação e Desafios com as Ferramentas de Inteligência Artificial Conteúdos Programáticos 1. Introdução ao Tema; 2. Panorama Normativo no Brasil; 3. Aplicações no Judiciário; 4. Práticas em Segurança da Informação; 5. IA no Judiciário: Oportunidades, Riscos e Desafios; 6. Estudos de Casos; 7. Materiais e Canais de Apoio.
	Das 10h às 12h	Tema: Comunicação de Incidente de Segurança às Autoridades Competentes Conteúdos Programáticos 1. Introdução ao Tema; 2. Fundamentos Legais e Normativos; 3. Fluxo Interno de Comunicação; 4. Notificação à ANPD; 5. Outras Autoridades a Notificar; 6. Estudos de Casos; 7. <i>Checklist</i> de Comunicação; 8. Recomendações; 9. Materiais e Canais de Apoio.
	Das 14h às 18h	Tema: Elaboração de Políticas de Proteção de Dados Conteúdos Programáticos 1. Governança de Dados; 2. Abrangência e Definições; 3. Princípios do Tratamento de Dados; 4. Direito dos Titulares de Dados; 5. Deveres do Tribunal e do Encarregado; 6. Categorias Especiais de Dados; 7. Compartilhamento e Operadores Terceirizados; 8. Gestão de Incidentes de Segurança; 9. Capacitação e Monitoramento; 10. Plano de Elaboração / Definição de Indicadores; 11. Proposta de Cronograma; 12. Disposições Finais
	Carga Horária	8 horas-aula
Carga Horária Total		16 horas-aula

5.1 OFICINISTAS

Nome	Carlos Nascimento
Síntese do Currículo	Advogado. Servidor público federal ocupante do cargo de Especialista em Regulação. Atualmente é coordenador de Normatização da Coordenação-Geral de Normatização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Mestre em Direito, pela Universidade de Lisboa, com formações acadêmicas nas áreas do Direito Administrativo, Economia, Regulação de Mercados, Concorrência e Proteção de Dados Pessoais. Possui certificação <i>Exin Data Protection Officer</i> . Docente no tema da privacidade e da proteção de dados pessoais da Escola Superior de Redes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI). Ocupou diversas posições no Executivo Federal, trabalhando com atividades técnicas e de gestão relacionadas à regulação de atividades econômicas, ao monitoramento e à execução de políticas públicas. Antes de ser requisitado para a ANPD, atuava como encarregado pelo tratamento de dados pessoais em entidade do setor público federal.
Nome	Douglas Chagas da Silva

Síntese do Currículo

Graduado em Ciência da Computação, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Telemática, pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Mestre em Engenharia Elétrica: Sistemas de Computação e Telecomunicações, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Engenharia Elétrica, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), na área de Engenharia de Computação. Professor na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) no curso de Sistemas de Informação. Coordenador da especialização em Ciência de Dados para Segurança Pública. Coordenador de Tecnologia da Informação do Ministério da Igualdade Racial (MIR); Pesquisador do Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores (LARC) do Departamento de Engenharia da Computação e Sistemas Digitais da Poli (USP). Integrador de soluções *open source*, atuando principalmente na virtualização de redes móveis, automação e orquestração de serviços em redes 5G/B5G. Possui forte atuação em cibersegurança, privacidade e proteção de dados.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital;

6.2 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do Evento, porventura suscitados, deverão ser encaminhados à Coordenação do Evento



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 28/04/2025, às 22:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **6448574** e o código CRC **491C6D8B**.